RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V. Sas, as Demonstrações Contábeis da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil, elaboradas na forma da Legislação Societária, Normas e Instruções do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000. O ano de 2000 se marcou pela transferência do controle acionário do Banco Bandeirantes S.A. (ex-controlador da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil) para o Unibanco — União de Bancos

Brasileiros, ocorrida em 2 de setembro de 2000. Essa transferência se efetivou mediante a emissão de ações do Unibanco e que foram entregues para a Caixa Geral de Depósitos, antiga controladora do Bandeirantes, e que passou a deter 12,3% do capital total do Unibanco.

O objetivo desta aliança estratégica é a estreita cooperação entre a Caixa Geral de Depósitos e o Unibanco no apoio a empresas portuguesas com interesse no Brasil e brasileiras com interesse em Portugal, unindo assim esforços e recursos para dar continuidade à estratégia de crescimento permanente e constante expansão das suas bases de clientes.

ANALISE DE DESEMPENHO

O imobilizado de arrendamento cifrou-se em R\$ 329.078 mil em 31 de dezembro de 2000 (R\$ 428.080 captados, representados por depósitos e obrigações por empréstimos, encerraram o

Os recursos capitados, representados por depositos e obrigações por empresantos, encerdadar o exercício de 2000 com saldo de R\$ 149.863 mil (R\$ 155.173 mil em 1999).

No segundo semestre de 2000 foi registrado um resultado líquido negativo de R\$ 23.116 mil,

finalizando o exercício com um prejuízo de R\$ 33.655 mil (lucro de R\$ 10.076 mil em 1999). O patrimônio líquido atingiu R\$ 9.433 mil em 31 de dezembro de 2000 (R\$ 44.309 mil em 31 de dezembro de 1999).

AGRADECIMENTOS Agradecemos aos Senhores Acionistas e Clientes pela confiança e apoio que nos têm dispensado. Aos funcionários e colaboradores, expressamos nosso reconhecimento pelo empenho e dedicação.

Barueri, fevereiro de 2001. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	2000	1999	PASSIVO	2000	1999
CIRCULANTE	4.680	37.496	CIRCULANTE	225.621	224.140
DISPONIBILIDADES	22	46			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	1.701	-			
Aplicações no mercado aberto	700	-	DEPÓSITOS	102.721	79.76
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.001	-	Depósitos interfinanceiros	102.721	79.76
TÍTULÖS E VALÓRES MOBILIÁRIOS	1.979	2.897	·		
Carteira própria	2.023	2.897			
Vinculados à prestação de garantias	122	-	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	46.110	27.47
Provisões para desvalorizações	(166)	-	Empréstimos no país - outras instituições	46.110	27.47
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(11.990)	14.822			
Arrendamentos a receber:			<u>.</u>		
Setor privado	129.681	110.259	OUTRAS OBRIGAÇÕES	76.790	116.90
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(120.340)	(87.661)	Sociais e estatutárias	2	1.36
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	(21.331)	(7.776)	Fiscais e previdenciárias	6.360	47
OUTROS CRÉDITOS	9.897	14.342	Negociação e intermediação de valores	8.257	6.25
Negociação e intermediação de valores	2.920	3.443	Credores por antecipação de valor residual	59.610	102.87
Diversos	15.661	11.164	Diversas	2.561	5.93
Provisão para perdas em outros créditos	(8.684)	(265)			
OUTROS VALORES E BENS	3.071	5.389			
Outros valores e bens	5.464	5.388	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	107.458	219.59
Despesas antecipadas		1			
Provisões para desvalorizações	(2.393)				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.289	19.028	DEPÓSITOS	1.032	2.573
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(11.957)	(8.855)	Depósitos interfinanceiros	1.032	2.573
Arrendamentos a receber:	70 /70	44.373			
Setor privado	72.673	46.171	OPRIO LOÕES BOR ELIPPÉSTILLOS		45.04
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(72.673)	(42.033)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	-	45.36
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	(11.957)	(12.993)	Empréstimos no país - outras instituições	-	45.36
OUTROS CRÉDITOS	19.246	27.883			
Negociação e intermediação de valores	517	897	OUTDUS OPPIOUSÕES	10/ 10/	
Diversos	18.771	27.057	OUTRAS OBRIGAÇÕES	106.426	171.660
Provisão para perdas em outros créditos	(42)	(71)	Fiscais e previdenciárias	8.824	31.16
PERMANENTE	330.543	431.518	Negociação e intermediação de valores	1.463	2.37
INVESTIMENTOS	602	836 813	Credores por antecipação de valor residual	93.771	138.12
Participação em coligada - no país	579		Diversas	2.368	
Outros investimentos	23	23			
IMOBILIZADO DE USO	282	400	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0.400	44.00
Outras imobilizações de uso	847	886		9.433	44.30
Depreciações acumuladas	(565) 329.078	(486) 428.080	Capital social: De domiciliados no país	20.028	20.02
				20.026	1.27
Bens arrendados	463.600 (134.522)	527.023 (98.943)	Reservas de capital	-	23.00
Depreciações acumuladas	(134.522) 581	(98.943) 2.202	Reservas de lucros	(10.595)	23.00
DIFERIDO	5.298	2.202 5.390	riejuizos acumulados	(10.595)	
Gastos de organização e expansão	5.298 (4.717)	(3.188)			
		(3.188) 488.042	TOTAL DO PASSIVO	342.512	488.04
TOTAL DO ATIVO	342.512	400.042	101AL DO FASSIVO	342.312	400.04

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 (Em Milhares de Reais)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998	Capital social 20.028	Reservas <u>de capital</u> 1.277	Legal 2.576	Reservas de lucros Estatutárias 12.745 (547)	Prejuízos acumulados - 547 10.076	Total 36.626
DISTINAÇUES Reservas Dividendos (R\$ 56,75 por ação) SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REVERSÃO DE RESERVA SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS PREJUIZÓ DO EXERCÍCIO SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 REVERSÃO DE RESERVA SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS PREJUIZÓ DO SEMESTRE SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 REVERSÃO DE RESERVA SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS PREJUIZÓ DO SEMESTRE SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	20.028 20.028 20.028 20.028	1.277 (1.289) 12 - - 1.277 (1.289) 12	3.080 (3.080) 	7.726 19.924 (19.924) 	(8.230) (2.393) (1.233) 24.293 (33.655) (10.595) (11.772) 24.293 (23.116) (10.595)	(2.393) 44.309 (1.233) 12 (33.655) 9.433 32.537 12 (23.116) 9.433
As notas explicativas anexas são parte integrante destas demor	nstrações					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 (Em Milhares de Reais)

A Sociedade integra os Sistemas Financeiros Bandeirantes e Unibanco e tem como objetivo principal a prática das operações de arrendamento mercantil, definidas pela Lei nº 6.099/74. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

2. REORGANIZAÇÃO SOCIETÂRIA Em dezembro de 2000 as autoridades consequentatis ha situações.

REDICANIZAÇÃO SOCIETARIA Em dezembro de 2000, as autoridades governamentais brasileiras aprovaram a associação entre o Unibanco, a Unibanco Holdings S.A., a Caixa Geral de Depósitos (CGD), instituição com sede em Portugal e o Banco Bandeirantes S.A. (ex-controlador da Bandeirantes S.A. Arrendamento

Mercantil).

Por meio dessa associação o Unibanco adquiriu 100% da Caixa Brasil Participações S.A., controladora do Banco Bandeirantes S.A. por R\$ 1.043.771 e a Caixa Geral de Depósitos recebeu de forma indireta, via sua subsidiária Caixa Brasil SGPS, 12,129% de participação no Unibanco. Como parte da Reestruturação Societária, em 28 de dezembro de 2000, o novo controlador promoveu a transferência do controle acionário da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil, anteriormente detida calab Rence Bandeirantes S.A. para Elebanco Lacionário. pelo Banco Bandeirantes S.A. para a Unibanco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, Normas e Instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e da

Comissão de Valores Mobiliários - CVI
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS As principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações são: a) Resultado das Operações

apurado pelo regime de competência e considera:

E apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais, pró rata temporis incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;

- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização;
- os encargos relativos ao PIS à alfiquota de 0,65% e a COFINS à alfiquota de 3%;
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método de aquipalêxica patriareaira.

equivalência patrimonial;
- a parcela atribuível ao imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 8% até abril de 1999, à alíquota de 12% entre maio de 1999 a janeiro de 2000 e à alíquota de 9% a partir de fevereiro de 2000 sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda;
- os créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais; e

- as participações no lucro. b) Arrendamentos: A cont b) Arrendamentos: A conta "Arrendamentos a receber" representa o valor das contraprestações a receber, atualizadas conforme critérios estabelecidos nos contratos. As "Rendas a apropriar de Arrendamentos: A conta "Arrendamentos a receber arrendamentos a receber" correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas como rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme critérios estabelecidas pela Portaria MF nº 140/84.

c) Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo: Demonstrados pelos valores de realização e

exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auteridos ou incorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos pré-fixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis, com vencimento em até 12 meses, são

classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Provisões para Perdas em Operações de Arrendamento Mercantil: Constituídas em classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Provisões para Perdas em Operações de Arrendamento Mercantil: Constituídas em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e são fundamentadas: (a) nas análises das operações de arrendamento mercantil em aberto (vencidas e não vencidas); (b) no experiência passada e riscos específicos das carteiras; (c) no rigor e conservadorismo da Administração da Sociedade na constituição da provisão, exigidos pelas Normas, Instruções e Orientações do BACEN; e (d) na uniformização da procedimentos utilizados pelo novo controlador.

e) Investimentos: A participação em coligada, representada por 14,13% no capital da Banagro Bandeirantes Agro-pecuária Ltda., é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado de Arrendamento: O imobilizado de arrendamento está registrado pelo custo de aquisição deduzido das depreciações accumuladas. A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, conforme critérios estabelecido pela Portaria nº 140/84, com redução do prazo de vida útil fiscal dos bens em 30%. São as seguintes as taxas anuais de depreciações permitidas fiscalmente: veículos e afins, 20% e 25%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10% e 20%; instalações, 10%; imóveis, 4%; embarcações, 10%; e aeronaves, 10%.
g) Perdas em Arrendamentos a Amortizar: Correspondem às perdas apuradas nos vendas de bens pelo valor residual dos contratos, que são amortizados pelo restante do prazo de vida útil fiscal do bem, reduzido em 30%. Para efeito destas demonstrações contábeis, o saldo de perdas a amortizar foi reclassificado pora a conta de "Bens arrendados".
h) Diferido: Registrado pelo custo, sendo composto, basicamente, por gastos de reorganização administrativa e/ou reestruturação e moderização de sistemas operacionais, amortizáveis em cinco onos.
i) Operações de Arrendamentos A moderização dos

antecipadamente e o valor presente de sua corteira de arrendamento mercantil calculado, à respectiva taxa interna de retorno de cada contrato. Os ajustes são contabilizados, quando positivos, superveniência de depreciação, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, insuficiência de depreciação, a débito de despesas de operações de arrendamento

mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento. 5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

		2000	1999
Setor privado:	_		
Indústria	. 1	9.674	29.125
Comércio		2.185	46.172
Outros serviços		2.441	77.011
Pessoa física	. 5	9.463	61.849
Total		3.763	214.157
b) Composição da carteira de arrendamento n	nercantil e	outros o	réditos no
correspondentes níveis de risco, e distribuição dos níveis	de risco, cor	forme est	abelecido no
Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional	- CMN:		
,	Créditos	Créditos	Total dos
Nível de risco	a vencer	vencidos	créditos
AA	592		592
A	116.381	_	116.381
B atraso entre 15 e 30 dias	12.772	384	13.156
C atraso entre 31 e 60 dias	12.545	655	13.200
D atraso entre 61 e 90 dias	3.857	631	4.488
E atraso entre 91 e 120 dias	5.036	580	5.616
F atraso entre 121 e 150 dias	1.689	495	2.184
G atraso entre 151 e 180 dias	1.050	512	1.562
H atraso superior a 180 dias	18.393	18.191	36.584
Total	172.315	21.448	193.763
Arrendamentos a receber			185.038
Outros créditos	_	_	8.725

DIRETORIA

Barueri, fevereiro de 2001. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente António Tomás Correia Conselheiros Alkimar Ribeiro Moura António Manuel Sezões de Almeida Porto DIRETORIA Diretor-Presidente paquim Francisco de Castro Neto Diretor-Geral esar Augusto Sizenando Silva Diretor-Superintendente dalberto de Moraes Schettert Diretores Danilo Mussi Cardoso Mansur Elio Boccia Geraldo Travaglia Filho

José Lucas Ferreira de Melo Luiz Falvella Contador - CRC - 1SP142881/O-2 Os valores relativos aos créditos em atraso e créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 1999 apurados de acordo com a Resolução 1.748 do Conselho Monetário Nacional, foram reclassificados e estão apresentados nas contas de origem no balanço patrimonial para melhor comparabilidade com 31 de dezembro de 2000. c) Constituição da provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil por

Provisão Total dos Total da Nível de risco créditos provisão 592 116.381 13.156 13.200 4.488 5.616 2.184 1.562 36.584 193.763

20.562 3.484 (2.941) Saldo inicial em 31 de dezembro.....

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2000	1999
Créditos tributários (nota 16 a)	16.280	24.802
Devedores por depósitos em garantia	2.465	2.184
Imposto de renda a compensar	6.770	760
Devedores diversos – país (a)	8.754	9.482
Outros	163	993
TOTAL	34.432	38.221
(a) Refere-se basicamente, ao diferencial apurado entre os valore	es dos contratos de	arrendamento

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em termos globais, as operações de arrendamento mercantil são contratadas com base em prazos, taxas e moedas, compatibilizados com as condições sob as quais os recursos destinados aos arrendamentos e moeaas, compatibilizadas com as condições sob as quais os recursos destinados aos arrendamentos são captados (depósitos interfinanceiros, empréstimos em moeda nacional e estrangeira). O valor presente da carteira de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2000, consideradas as taxas internas de retorno das operações, totaliza (\$\frac{8}{1}\$ 185.038 ((\$\frac{2}{3}\$ 13.821 em 1999). Os saldos dos demais instrumentos financeiros são aproximados de seus valores de mercado. As operações com derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2000, referem-se a contratos de "swap", cujo saldo ponderado, registrado em conta de compensação, totaliza ((\$\frac{8}{3}\$ 14.161 ((\$\frac{8}{3}\$ 451.972 em 1999)). Os ajustes originados desses contratos, registrados no ativo, totalizam (\$\frac{8}{3}\$ 3.437 ((\$\frac{8}{3}\$ 4.340 em 1999)) en o passivo (\$\frac{8}{3}\$ 7.720 ((\$\frac{8}{3}\$ 8.630 em 1999)), classificados na conta "Negociação e intermediação de valores".

Ativos (Passivos) Receitas (Despesas)

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2000	1999	2000	1999
Disponibilidades	22	46	_	-
Aplicações em operações compromissadas	700	-	119	162
Aplicações em depósitos interfinanceiros - CDI	1.001	-	88	74
Captações interfinanceiras – CDI	(103.753)	(82.340)	(15.989)	(26.274)
Obrigações por empréstimos	(45.254)	(59.883)	(9.826)	(45.189)
Dividendos a pagar	(,	(1.359)	(//	(,
Cessão de créditos	-	(10.076)	_	(537)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(2)	(173)	_	(70)
Os serviços prestados para a realização de determinadas		ão remuner	ados em co	nformidade
com critérios adotados por instituições da área financeira.				
no mercado aberto foram negociados a taxas e prazos vi				
Em 30 de dezembro de 1999, a Bandeirantes S.A. Arr				
de cessão de créditos de arrendamento mercantil par				
direitos de recebimentos de contraprestações de o				
garantidos, que totalizavam R\$ 56.128 pelo preço de				
ao valor presente calculado com base na taxa interna				

AJUSTE PELA SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

Sociedade registra suas operações através de critérios contábeis específicos descritos na Nota 4i. e conformidade com a Instrução nº 58 da Comissão de Valores Mobiliários e Circular nº 1,429, do BACEN, a Sociedade procedeu aos ajustes nas operações de arrendamento com base no cálculo do valor presente do fluxo de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999, estes ajustes resultaram em insuficiência de depreciações no montante de R\$ 57.441 e R\$ 7.070, respectivamente.

10. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO		
	2000	1999
Bens arrendados		
Veículos e afins	378.371	424.306
Máquinas e equipamentos	64.790	69.910
Outros	15.384	26.028
Perdas em arrendamento, líquidas	5.055	6.779
Subtotal	463.600	527.023
Depreciações acumuladas		
Depreciações acumuladas	(195.780)	(217.642)
Superveniência de depreciação	61.258	118.699
Subtotal	(134.522)	(98.943)
Total	329.078	428.080
11. GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO		
Os saldos, líquidos de amortização acumulada, são assim repres	entados:	
	2000	1999
Gastos em imóveis de terceiros	21	29
Gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas	49	76
Reorganização administrativa e/ou reestruturação e	.,	, 0
modernização de sistemas operacionais	511	2.097
Total	581	2.202

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 (Em Milhares de Reais)

		2000	1999
	2° Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	112.439	210.829	311.281
Operações de arrendamento mercantil	114.423	217.614	313.761
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(1.984)	(6.785)	(2.480)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(132.873)	(244.167)	(306.429)
Operações de captação no mercado	(8.090)	(15.989)	(27.632)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(6.541)	(10.085)	(49.989)
Operações de arrendamento mercantil	(102.329)	(198.973)	(225.324)
Provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil	(15.913)	(19.120)	(3.484)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(20.434)	(33.338)	4.852
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.664)	(13.987)	6.065
Despesas de pessoal	(2.270)	(4.451)	(5.142)
Outras despesas administrativas	(3.090)	(6.297)	(5.120)
Despesas tributárias	(167)	(295)	(1.475)
Resultado de participação em coligada	(209) 3.985	(234) 7.975	(66) 17.930
Outras receitas operacionais			
Outras despesas operacionais	(9.913)	(10.685)	(62) 10.917
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(32.098) (901)	(47.325) (505)	1.389
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(32.999)	(47.830)	12.306
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.883	14.308	(2.073)
Corrente	(4.145)	(6.210)	(92)
Diferido	14.028	20.518	(1.981)
PARTICIPAÇÕES – EMPREGADOS	- 1.020	(133)	(157)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(23.116)	(33.655)	10.076
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO - EM R\$	(548,24)	(798,19)	238,97
As notas explicativas anexas são parte integrante destas demo	nstrações		

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 (Em Milhares de Reais)

	2° Semestre	2000 Exercício	1999 Exercício
ORIGENS DOŞ RECURSOS	160.111	315.802	280.942
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	76.879	160.978	165.183
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(23.116)	(33.655)	10.076
Depreciações e amortizações	65.198	134.565	147.909
Resultado de equivalência patrimonial	209	234	66
Insuficiência de depreciação	33.376	57.441	7.070
Provisão para perdas em bens não de uso próprio	1.212	2.393	-
Provisão para perdas em investimentos permanentes	-	-	62
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA IŅVESTIMENTOS	12	12	-
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:	83.220	154.812	115.759
Aumento dos subgrupos do passivo:	22.161	21.413	4.412
Depósitos	22.161	21.413	
Outras obrigações	-	-	4.412
Diminuição dos subgrupos do ativo:	12.529	43.919	1.051
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	766
Títulos e valores mobiliários	62	918	166
Operações de arrendamento mercantil	12.465	29.914	-
Outros créditos	-	13.082	-
Outros valores e bens	2	5	119
Alienação de bens e investimentos:	48.530	89.480	110.296
Investimentos	-	-	175
Bens não de uso	597	1.757	5.721
Imobilizado de uso	42	42	28
Imobilizado de arrendamento	47.891	87.681	104.372
APLICAÇÕES DOS RECURSOS	160.100	315.826	280.899
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	-	1.233	-
DIVIDENDOS PROPOSTOS	-	-	2.393
INVERSÕES EM:	83.105	177.027	155.751
Bens não de uso	877	1.837	4.853
Imobilizado de uso	13	36	62
Imobilizado de arrendamento	82.215	175.154	150.836
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	2.778	3.798	6.935
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO CIRCULANTE E			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	14.156	1.701	13.533
Aplicações interfinanceiras de liquidez	517	1.701	-
Operações de arrendamento mercantil	-	-	4.777
Outros créditos	13.639	-	8.756
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO CIRCULANTE			
E EXIGÎVEL A LONGO PRAZO	60.061	132.067	102.287
Depósitos	-	-	45.978
Recursos de debêntures	-	-	39.561
Obrigações por empréstimos e repasses	15.536	26.723	16.748
Outras obrigações	44.525	105.344	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	11	(24)	43
MODIFICAÇÕES NA PÓSIÇÃO FINANCEIRA DISPONIBILIDADES:		()	
Início do período	11	46	3
Fim do período	22	22	46
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	11	(24)	43
As notas explicativas anexas são parte integrante destas demoi	nstrações	. ,	

12 DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

DEPOSITOS INTERFINANCEIROS
São vencíveis até 24 de março de 2003, atualizados pela variação da Taxa Referencial - TR, acrescida de juros que variam entre 11% a 19% a.a., e pré-fixados com taxa média de juros de 21,86% a.a., com vencimento até 27 de dezembro de 2002. 13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

OBRIGAÇOES POR EMPRESTIMOS
 São representadas por recursos em moedas estrangeira e nacional, atualizadas pela variação cambial, Taxa Referencial -TR e Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP, com encargos variando de 10,37% a 12% a.a., com vencimento a tél 12 de dezembro de 2001.

 OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIARIAS

E TREVIDENCIARIAS

E TREVIDENCIA

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO PAIRIMONIO LIQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 42.164 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 475,00 por ação. Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, após as deduções estatutárias. Neste exercício, deixa de haver destinação para o pagamento de dividendos

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL a) Créditos tributários e imposto de renda diferido

a) Créditos tributários e imposto de renaa aiteraa A Sociedade constitui créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, conforme demonstrado a seguir: 2000 2.770 1.487 1999 2000 Resultado antes da tributação (imposto de renda e (47.963)12.149 contribuição social) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% (1999 — 12%)..... 16.307 (4.495)Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos: Resultado de participações em controladas e coligadas...... Exclusões (adições) permanentes, (líquidas) Imposto de renda e contribuição social do exercício
17. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS 14.308 (2.073) OÚTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
Outras Receitas Operacionais
Rendas de juros de mora e multa.
Reversão de contribuição social.
Descontos obtidos.
Variações monetárias ativas.
Outras rendas operacionais
Total
Outras Despesas Operacionais
Despesas de provisões para contingências
Descontos concedidos
Outras.
Total **2000** 5.685 1999 11.193 5.376 260 1.101 **17.930**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ros Administratores e Actionista da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da BANDEIRANTES S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL em 31 de dezembro de 2000 e 1999, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e semestre findo em 31 de dezembro de 2000, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essos demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com observância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Volores Mobiliários - CVM, que requerem o giuste o valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisõo para insuficiência (ou superveniência) de deprecação, classificada no divo permanente (Noto 9). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para

requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil, mas

resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária. resoliari na depresentação do incre inquiso é ao paliminonio liquido de acordo com as praintes conicious emanadas da legislação societária.

(4) Conforme descrito na nota 5, a Sociedade, em atendimento ao disposto na Circular nº 2.974/2000 do Banco Central do Brasil - BACEN, registrou em prejuízos acumulados os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios determinados pela Resolução nº 2.682/99 na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O procedimento adotado não está de acordo as práticas contábeis emanados da legislação societária brasileira e resultou em uma diminuição do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2000 no montante de R\$ 1.233 mil, já considerados os efeitos fiscais. (5) Em nossa opinião, exceto quanto à não-redassifacção mencionada no parágrafo (3) e ao efeito do assunto mencionado no parágrafo (4), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequodamente, em todos os aspectos relevantes, a posição potrimonial e financeira da Bandeirantes SA. Arrendamento Mercantille em 31 de dezembro de 2000 e 1999, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2001.

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC 2SP000123/O-1 Francisco Papellás Filho

Sócio-Diretor Responsável

Contador - CRC 1SP127815/O-2

